

RECURSO ADMINISTRATIVO

EM PROCESSO LICITATÓRIO

ILUSTRÍSSIMO(a) SENHOR(a) PREGOEIRO(A) DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISÓPOLIS – MG

Ref.:
PREGÃO ELETRÔNICO 073/2025
PROCESSO LICITATÓRIO 229/2025

TRIAMA NORTE TRATORES IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS E MÁQUINAS LTDA. (Recorrente), pessoa jurídica de direito privado, com sede na Av. Deputado Plínio Ribeiro, nº 937, bairro Esplanada, Montes Claros/MG, CEP: 39.401-474, inscrita no CNPJ/MF sob o registro de nº 01.563.351/0001-73, devidamente representada por Gilberto Gualter dos Santos, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº MG-3.861.073 SSP/MG, inscrito no CPF/MF nº 566.682.446-53, com domicílio profissional na sede da empresa representada e endereço eletrônico licitacao@triamanorte.com.br e juridico@triamanorte.com.br, vem, perante Vossa Excelência, com fulcro na cláusula 8, do Edital, cumulado com artigo 165, § 4º, da Lei no. 14.133, de 1º de abril de 2021, e artigo 44, §2º, do Decreto no. 10.024, de 20 de setembro de 2019, apresentar, tempestivamente,

RECURSO ADMINISTRATIVO

Contra a decisão proferida nos autos do procedimento em epígrafe, que, negando vigência ao ordenamento jurídico pátrio e sem a devida ponderação das consequências práticas de sua aplicação, declarou **vencedora dos Itens 6 e 7, referentes respectivamente, a um Rolo Compactador e uma Vassoura Recolhedora**, a empresa **ROTA66 DIESEL E IMPLEMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 56.391.449/0001-82, com sede na Rua 72, nº 223, Sala 1507, Bairro QS Tower, CEP 74.805-480, Goiânia/GO, é interposto o presente recurso administrativo.

Diante disso, requer a Recorrente a **inabilitação da referida empresa** e, por consequência, a **reanálise do resultado do certame**, com fundamento nos fatos e no direito a seguir expostos.

I. BREVE SÍNTESE DOS FATOS E DO CERNE DA CONTROVÉRSIA

Em 21 de janeiro de 2026, ocorreu a disputa do Pregão Eletrônico nº 073/2025, cujo objeto visava à aquisição de vários itens e em especial **Item 6 e 7, referente à um Rolo Compactador e uma Vassoura Recolhedora**, destinada ao Departamento Municipal de Obras, visando a atender às demandas necessárias à execução de serviços de infraestrutura, manutenção e conservação de vias públicas e demais atividades de responsabilidade da municipalidade, conforme condições, conforme detalhado no Edital e seus anexos, para atender às demandas do **MUNICÍPIO DE PARAISÓPOLIS -MG**.

A elevada materialidade econômica do objeto e sua inegável relevância social impõem à Administração Pública o dever de proceder a exame rigoroso da conformidade das propostas apresentadas e da documentação de habilitação dos licitantes, de modo a assegurar a seleção da proposta mais vantajosa e a fiel observância dos princípios que regem as contratações públicas, em especial a legalidade, a isonomia, a vinculação ao instrumento convocatório, a moralidade administrativa e o interesse público.

No caso em análise, o resultado do certame conduziu à classificação de propostas que, quando submetidas a exame mais detido, revelam inconformidades relevantes em relação às exigências técnicas e formais expressamente previstas no edital, circunstância que compromete a regularidade do julgamento e impõe a necessária revisão da decisão administrativa.

Com efeito, no que se refere à empresa **ROTA66 DIESEL E IMPLEMENTOS LTDA**, verifica-se o **descumprimento de requisito objetivo de habilitação** relacionado à validade da documentação exigida pelo instrumento convocatório, notadamente quanto ao **Alvará de Funcionamento**, o qual **já se encontrava vencido no momento da convocação da licitante para apresentação e análise da documentação de habilitação**, em clara afronta às regras expressamente fixadas no edital e previamente impostas pela Administração Pública.

Além disso, constata-se que a documentação apresentada pela empresa **ROTA66 DIESEL E IMPLEMENTOS LTDA** não atende às exigências editalícias relativas à comprovação das condições mínimas de assistência técnica, uma vez que a declaração juntada indica prestação de suporte técnico em localidade incompatível com os parâmetros geográficos definidos no instrumento convocatório, comprometendo a adequada execução do objeto e a continuidade do serviço público a que se destina.

Tais irregularidades não se qualificam como meras falhas formais ou impropriedades sanáveis, mas representam descumprimento substancial das condições editalícias, cuja observância é obrigatória tanto para os licitantes quanto para a própria Administração, sob pena de violação aos princípios da vinculação ao instrumento convocatório, da isonomia entre os concorrentes e da seleção da proposta mais vantajosa.

Diante desse cenário, resta evidente que a manutenção da proposta apresentada pela empresa **ROTA66 DIESEL E IMPLEMENTOS LTDA** no resultado do certame afronta os princípios que regem o procedimento licitatório, impondo-se o reexame dos atos praticados, com a adoção das providências necessárias ao restabelecimento da legalidade e da regularidade do certame.

II. DO FUNDAMENTO

a) DA APRESENTAÇÃO DE ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO VENCIDO

No presente certame, a empresa **ROTA66 DIESEL E IMPLEMENTOS LTDA** foi declarada vencedora dos **itens 6 e 7**, referentes, respectivamente, ao **Rolo Compactador** e à **Vassoura Recolhedora**, passando à condição de licitante habilitada e apta à contratação. Todavia, a análise minuciosa da documentação apresentada na fase de habilitação evidencia a existência de irregularidade objetiva e insanável, apta a comprometer a legalidade do julgamento e a validade do resultado proclamado.

O edital estabeleceu, de forma clara, objetiva e vinculante, no item **7.5**, a obrigatoriedade de apresentação de **Alvará de Funcionamento em plena validade** como requisito indispensável à habilitação dos licitantes. Trata-se de exigência essencial, voltada à comprovação da regularidade jurídica e administrativa da empresa no momento da habilitação, condição sem a qual não se admite a contratação com a Administração Pública.

7.5. Alvará de Funcionamento em plena validade;

Obs.: Nas certidões que não constar vigência, será aceita com validade de 90 (noventa) dias a partir de sua emissão.

7.7. As empresas participantes que não apresentarem a documentação exigida, apresentarem incompleta ou incorreta, serão inabilitadas, não se admitindo complementação posterior.

Em reforço a essa regra, o item **7.7** do instrumento convocatório dispôs expressamente que **as empresas participantes que não apresentassem a documentação exigida, ou que a apresentassem de forma incompleta ou incorreta, seriam inabilitadas**, vedando-se qualquer possibilidade de complementação posterior. Tal previsão não deixa margem interpretativa, impondo consequência objetiva ao descumprimento das exigências de habilitação.

No caso concreto, verifica-se que a empresa **ROTA66 DIESEL E IMPLEMENTOS LTDA** apresentou **Alvará de Funcionamento emitido em 12 de junho de 2025, com prazo de validade de 180 dias**. Considerando-se tal marco temporal, é inequívoco que o referido documento **já se encontrava vencido quando da**

convocação da licitante, ocorrida em janeiro, momento em que se procedeu à análise da documentação de habilitação.

Assim, no instante juridicamente relevante para aferição da regularidade da licitante, o documento exigido pelo edital **não se encontrava em plena validade**, em flagrante descumprimento ao item 7.5 do instrumento convocatório. Trata-se de situação objetiva e incontestável, que afasta qualquer presunção de regularidade administrativa.

Tal circunstância configura **descumprimento direto e objetivo de requisito essencial de habilitação**, não se tratando de mera irregularidade formal, mas de inobservância das regras editalícias que disciplinam a validade da documentação exigida. Ao admitir documento cuja validade extrapola o parâmetro fixado no instrumento convocatório, a Administração afastou-se indevidamente do princípio da **vinculação ao edital**, que rege todo o procedimento licitatório.

A exigência de Alvará de Funcionamento válido não possui caráter meramente formal, mas constitui requisito essencial de habilitação jurídica, diretamente relacionado à comprovação da regularidade do licitante para contratar com a Administração Pública. Nesse sentido, os arts. 62 e 63 da Lei nº 14.133/2021 estabelecem que a fase de habilitação tem por finalidade verificar se o licitante reúne condições jurídicas, técnicas, fiscais e econômicas **atuais** para executar o objeto contratado, exigindo demonstração concreta de que a empresa se encontra regularmente constituída e em pleno exercício de suas atividades no momento da habilitação.

Dessa forma, a apresentação de **documento vencido** compromete a própria finalidade da fase de habilitação, que é aferir a situação **presente e contemporânea** do licitante, e não sua regularidade pretérita. Admitir habilitação com Alvará de Funcionamento expirado equivale a esvaziar o controle jurídico-administrativo imposto pela lei, permitindo a contratação de empresa cuja regularidade não se encontra comprovada no momento juridicamente relevante do procedimento licitatório.

Cumpra esclarecer que o **art. 64 da Lei nº 14.133/2021**, embora admita a realização de diligência para **atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas**, não autoriza a regularização de documento **já vencido no momento da habilitação**. A hipótese legal de diligência pressupõe que o documento fosse válido quando apresentado e tenha perdido sua vigência posteriormente, o que manifestamente **não se verifica no presente caso**. Conforme se extrai de seu texto expresso:

Art. 64. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

Assim, não se está diante de documento cuja validade expirou no curso do procedimento, mas de **documento já inválido quando da convocação da licitante**, circunstância que afasta a aplicação do art. 64, inciso II, e impede qualquer tentativa de saneamento posterior.

Ressalte-se, ainda, que o regime jurídico das licitações impõe ao licitante o dever permanente de **manter válidas e atualizadas todas as condições de habilitação durante todo o curso do certame**, não sendo admissível que documentos essenciais percam sua vigência no decorrer do procedimento. Tal dever decorre diretamente da lógica da habilitação prevista na **Lei nº 14.133/2021**, que concebe a regularidade jurídica, fiscal e administrativa como condição **continuada**, e não episódica, para a contratação com a Administração Pública.

Nesse sentido, a própria sistemática da Lei nº 14.133/2021, especialmente à luz dos arts. **62, 63, 64 e 67**, evidencia que a aptidão do licitante deve subsistir **desde a fase de habilitação até a efetiva contratação**, impondo-se ao particular o ônus de zelar pela atualização e validade de sua documentação. A perda superveniente da validade de documento essencial, como o Alvará de Funcionamento, compromete a higidez da habilitação e afasta a presunção de regularidade necessária à continuidade no certame.

Assim, não é juridicamente admissível que a licitante se beneficie da própria inércia, deixando expirar documento indispensável à habilitação, para somente posteriormente invocar eventual possibilidade de regularização. A manutenção da documentação válida ao longo de toda a licitação constitui dever do licitante e pressuposto básico da igualdade de condições entre os concorrentes, sob pena de violação aos princípios da **legalidade**, da **isonomia** e da **segurança jurídica**, consagrados no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Nessa linha, não se trata de falha formal sanável, mas de **vício material de habilitação**, cuja consequência jurídica foi expressamente prevista no item **7.7 do edital**, qual seja, a **inabilitação da licitante**, como decorrência lógica e necessária do descumprimento das regras do certame.

Diante desse cenário, resta evidente que a habilitação da empresa **ROTA66 DIESEL E IMPLEMENTOS LTDA**, nos **itens 6 e 7 do certame**, ocorreu em desconformidade com os itens 7.5 e 7.7 do edital e com a legislação vigente, impondo-se a necessária revisão da decisão administrativa, com a consequente **inabilitação da licitante**, em estrita observância aos princípios da legalidade, da vinculação ao instrumento convocatório e da isonomia entre os licitantes.

b) DA AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM MINAS GERAIS

O edital, ao tratar da assistência técnica, estabeleceu exigência clara, objetiva e vinculante, nos termos do item 3.12.1 do edital, ao determinar que o licitante primeiro colocado deveria indicar formalmente,

juntamente com os documentos de habilitação, assistência técnica autorizada do fabricante localizada na região do Município de Paraisópolis/MG, não podendo estar situada em raio superior a 480 km desta municipalidade.

3.12 DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

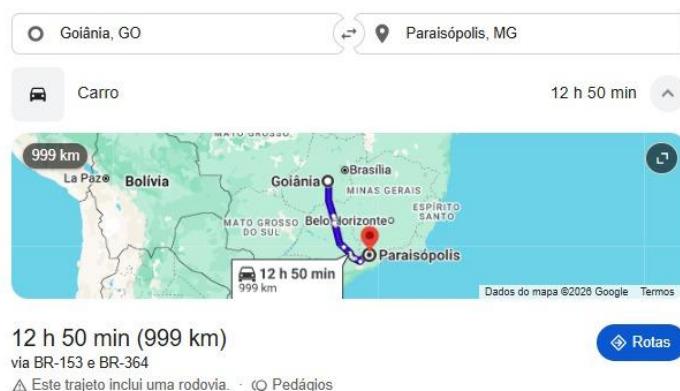
3.12.1 O licitante primeiro colocado, virtual vencedor, deverá indicar formalmente, junto aos documentos de habilitação, ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA DO FABRICANTE, na região do Município de Paraisópolis/MG, da marca cotada, a qual não poderá estar localizada num raio superior a 480 KM (quatrocentos e oitenta quilômetros) desta municipalidade;

3.12.2 A justificativa quanto à localização DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA DO FABRICANTE, prestada pelo proponente ou por terceiro por este indicado, atende ao Princípio Constitucional da Economia e Supremacia do Interesse Público, para que o atendimento seja feito em até 24 (vinte e quatro) horas da abertura do chamado;

3.12.3 Tal exigência é justificada, também, pela logística de deslocamento de qualquer dos veículos, máquinas ou equipamentos objeto do procedimento, que é relativamente complexa e dispendiosa, além do grande volume em termos de dimensão e financeiro, e por isso é uma medida mitigadora de riscos para o município. Além disso, cabe ao município se resguardar de eventuais problemas advindos de dificuldades na manutenção do equipamento em razão da ausência de prestador do serviço no local e na região onde o equipamento é utilizado, conforme ACÓRDÃO TCU 2710/2021 – PLENÁRIO;

Tal exigência não foi arbitrariamente instituída, mas decorre de fundamentação técnica expressa da própria Administração, que consignou, de maneira inequívoca, a necessidade de que os serviços de garantia, manutenção e assistência técnica fossem prestados por rede autorizada localizada no Estado de Minas Gerais. Trata-se de condição mínima indispensável à adequada execução contratual, à continuidade do serviço público e à mitigação de riscos operacionais, especialmente considerando a natureza do equipamento licitado e sua utilização permanente nas atividades administrativas.

No caso concreto, contudo, verifica-se que a empresa **ROTA66 DIESEL E IMPLEMENTOS LTDA** não atendeu às exigências editalícias relativas à assistência técnica. A declaração apresentada pela própria licitante limita-se a afirmar que ela mesma prestará a assistência técnica, indicando como sede operacional o Município de Goiânia/GO, localidade situada a aproximadamente **999 km** do Município de Paraisópolis/MG, distância que extrapola de forma expressiva o **raio máximo de 480 km** expressamente previsto no item **3.12.1** do edital, além de se situar fora do Estado de Minas Gerais, conforme verificado na imagem:



Além disso, a referida declaração, a ser juntada em anexo, não comprova a existência de assistência técnica autorizada do fabricante no Município de Paraisópolis/MG ou em sua região, tampouco demonstra a existência de rede autorizada em território mineiro. Ao contrário, limita-se a apresentar **compromisso genérico** de deslocamento de equipe própria, circunstância que não se confunde, em nenhuma medida, com a exigência editalícia de assistência técnica autorizada, formalmente instalada e devidamente comprovada.

Importa destacar que o edital não admite que a exigência de assistência técnica seja suprida por mera declaração unilateral do licitante, tampouco por promessa futura de atendimento remoto ou deslocamento eventual. A regra editalícia é inequívoca ao exigir comprovação objetiva, documental e prévia da existência de assistência técnica autorizada, situada dentro dos parâmetros geográficos fixados, justamente para assegurar atendimento em prazo máximo de 24 horas, conforme previsto no item 3.12.2, bem como para resguardar a Administração de riscos operacionais e de eventual descontinuidade do serviço público.

A ausência de comprovação documental do atendimento a tais requisitos impede a Administração de aferir, de forma segura, a real capacidade da licitante de prestar suporte técnico adequado durante o período de garantia e ao longo da execução contratual, comprometendo a segurança jurídica e operacional da contratação. Trata-se, portanto, de exigência técnica material, integrante do núcleo essencial das condições de execução do objeto, **que não se caracteriza como falha formal passível de saneamento posterior**.

Nesse contexto, cumpre destacar que a Lei nº 14.133/2021 veda expressamente a complementação posterior de requisito técnico essencial que deveria estar comprovado no momento da habilitação, especialmente quando se trata de exigência objetiva, previamente definida no instrumento convocatório e diretamente relacionada à capacidade de execução do objeto.

Nos termos do **art. 64** da Lei nº 14.133/2021, a possibilidade de saneamento ou complementação documental restringe-se a hipóteses estritamente formais, sendo vedada a inclusão posterior de documento ou informação destinada a suprir requisito de habilitação não atendido no momento oportuno. A própria norma delimita a atuação da diligência administrativa às situações que não alterem a substância da habilitação ou da proposta, o que manifestamente não se verifica no presente caso. Conforme se extrai de seu texto expresso:

Art. 64. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- I - Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- II - Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

Nesse viés, a exigência de assistência técnica autorizada do fabricante, localizada na região do Município de Paraisópolis/MG e dentro do raio máximo de 480 km, não constitui formalidade acessória, mas requisito técnico material, diretamente vinculado à exequibilidade do contrato, à continuidade do serviço público e à mitigação de riscos operacionais, conforme expressamente reconhecido tanto pelo edital quanto pelos documentos técnicos que embasaram a contratação.

Desse modo, a empresa **ROTA66 DIESEL E IMPLEMENTOS LTDA** não comprovou, no momento da habilitação, a existência de assistência técnica autorizada do fabricante em território mineiro, tampouco dentro do raio geográfico exigido. A única documentação apresentada consiste em declaração unilateral da própria licitante, na qual afirma que prestará diretamente a assistência técnica a partir de estrutura localizada no Município de Goiânia/GO, localidade situada a aproximadamente 999 km do Município de Paraisópolis/MG, distância incompatível com os parâmetros editalícios.

Permitir que a licitante complemente posteriormente essa exigência, por meio da apresentação futura de novos documentos ou da eventual indicação de terceiro, equivaleria à criação de condição não prevista no edital, além de violar frontalmente os princípios da **vinculação ao instrumento convocatório**, da **isonomia entre os licitantes** e da **seleção da proposta mais vantajosa**, consagrados no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Admitir tal flexibilização implicaria, ainda, conferir tratamento privilegiado à licitante que não observou as regras do certame, em detrimento daquelas que cumpriram rigorosamente as exigências editalícias desde a fase de habilitação, comprometendo a lisura, a segurança jurídica e a legitimidade do procedimento licitatório.

Diante desse cenário, resta evidente que a empresa **ROTA66 DIESEL E IMPLEMENTOS LTDA** não atendeu às exigências previstas no item 3.12.1 do edital, circunstância que compromete a regularidade de sua habilitação e impõe a necessária revisão da decisão administrativa, com a consequente desclassificação de sua proposta.

III - OBSERVÂNCIA AO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

É um pressuposto inquestionável do Estado Democrático de Direito a subordinação do Estado ao ordenamento jurídico vigente e, como notório, no âmbito da Administração Pública, tal pressuposto se traduz na observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, nos termos do artigo 37, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, *in verbis* (sem grifo):

- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

“Art. 37. A Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.”

No âmbito específico das licitações, no art. 5º da Lei nº. 14.133, de 01 de abril de 2021, consagra expressamente a observância aos seguintes princípios (sem grifo):

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Do exposto acima, depreende-se que a atividade administrativa deve ser exercida em absoluta conformidade com a Lei e com os princípios inerentes. Dessa premissa extrai-se a seguinte fórmula: **a Administração Pública e os interessados estão vinculados e obrigados ao cumprimento dos termos e condições previstos no Edital.**

A Lei nº. 14.133/21, em seu artigo 5º, prescreve que a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Acrescentando-se, cite-se como inarredável a observância ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, com relação ao qual Diógenes Gasparini esclarece:

“(...) estabelecidas as regras de certa licitação, tornam-se elas inalteráveis a partir da publicação do instrumento convocatório e durante todo o procedimento. (...)”

Nesse toar é a lição de Celso Antônio Bandeira de Mello:

“O edital constitui-se no documento fundamental da licitação. Habitualmente se afirma, em observação feliz, que é a sua lei interna”. Com efeito, abaixo da legislação pertinente à matéria, é o edital que estabelece as regras específicas de cada licitação. Para tanto, a Administração fica estritamente vinculada às normas e condições nele estabelecidas, das quais não pode se afastar. (...)”

No mesmo sentido assevera José dos Santos Carvalho Filho:

“A vinculação ao instrumento convocatório é garantia do administrador e dos administrados. Significa que as regras traçadas para o procedimento devem ser

fielmente observadas por todos. Se a regra fixada não é respeitada, o procedimento se torna inválido e suscetível de correção na via administração ou judicial. (...)”

Sem embargos de doughtas opiniões em sentido contrário, o princípio da vinculação ao instrumento convocatório possui extrema importância para o julgamento das propostas e análise da habilitação, pois, além de evitar a alteração de critérios de julgamento e de dar a certeza aos interessados do que pretende a Administração, evita-se qualquer brecha para privilegiar ou perseguir qualquer participante, em louvor aos princípios da moralidade administrativa, impessoalidade e a probidade, ao não permitir que as regras estabelecidas no Edital não sejam descumpridas pela Administração ou pelos licitantes.

Portanto, o edital torna-se Lei entre as partes, assemelhando-se a um contrato de adesão cujas cláusulas são elaboradas unilateralmente pelo Estado. Em sendo Lei, o edital e os seus termos atrelam tanto a Administração, que estará estritamente subordinada a seus próprios atos, pois o descumprimento por parte da Administração frustra a própria razão de ser da licitação e viola vários princípios que direcionam a atividade administrativa, tais como: da legalidade, da moralidade e da isonomia.

Outrossim, não há falar em formalismo exacerbado por parte da Recorrente ao impor à Administração o cumprimento das exigências editalícias. Ora, ordenar que a Administração atue conforme disposição do instrumento convocatório resguarda os princípios da legalidade e da isonomia, permitindo a prevalência do Interesse Público.

A somar, o entendimento do Tribunal de Contas da União é claro ao refutar os casos em que a Administração Pública não obedece às diretrizes traçadas no Edital. Veja:

“(...) Pedido de reexame. Representação. Violação do princípio da vinculação ao instrumento convocatório. Negativa de provimento [VOTO] 4. O princípio da vinculação ao instrumento convocatório, expresso no caput do art. 41 da Lei nº 8.666/1993, dispõe: "A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital ao qual se acha estritamente vinculada. (...)”

Destarte, a Administração Pública encontra-se vinculada à obrigação de verificar as propostas e desclassificar aquelas que estiverem em desconformidade com os requisitos estabelecidos no Edital ou de inhabilitar o licitante que não comprovar sua habilitação.

No caso concreto, o instrumento convocatório fixou, de maneira clara, objetiva e vinculante, **requisitos indispensáveis à habilitação e à permanência válida dos licitantes no certame**, notadamente a **apresentação de Alvará de Funcionamento em plena validade**, nos termos do item 7.5, bem como a **comprovação prévia e documental da existência de rede de assistência técnica autorizada do fabricante**, localizada no Estado de Minas Gerais e dentro dos parâmetros geográficos definidos no edital, exigências que

integraram o núcleo essencial das condições de habilitação e execução do objeto, vinculando integralmente as propostas apresentadas e o julgamento administrativo.

A manutenção de proposta que não atendeu a tais exigências configura violação direta ao princípio da vinculação ao edital, na medida em que importa em relativização indevida de critérios técnicos previamente definidos pela própria Administração, em afronta à legalidade, à isonomia entre os licitantes e ao julgamento objetivo.

Consoante entendimento consolidado, o atendimento integral às especificações técnicas do edital constitui pressuposto indispensável à seleção da proposta mais vantajosa, não se admitindo que eventual vantagem econômica aparente, fundada exclusivamente no menor preço, se sobreponha ao descumprimento de requisitos técnicos essenciais.

Nessa perspectiva, a aceitação de propostas em desconformidade com as exigências editalícias compromete a lisura do certame e frustra sua finalidade pública, impondo à Administração o dever de revisar o julgamento realizado e **desclassificar a proposta que não atender aos critérios previamente estabelecidos.**

Por todo o exposto, requer-se o provimento do presente recurso, para que seja reformada a decisão administrativa que declarou vencedora dos itens 6 e 7 do certame a empresa ROTA66 DIESEL E IMPLEMENTOS LTDA, com a consequente inabilitação da licitante, em razão do descumprimento objetivo das exigências editalícias, consistente na apresentação de Alvará de Funcionamento vencido, em afronta aos itens 7.5 e 7.7 do edital, bem como na não comprovação, no momento da habilitação, da existência de assistência técnica autorizada do fabricante, localizada no Estado de Minas Gerais e dentro dos parâmetros geográficos exigidos, em violação ao item 3.12.1 do instrumento convocatório, determinando-se, por consequência, a revisão do resultado do julgamento dos referidos itens, com a adoção das providências legais cabíveis.

IV - REMESSA À AUTORIDADE SUPERIOR

O direito à “revisão” ou “duplo grau” da decisão administrativa no âmbito das licitações é assegurado pelo § 2º, do artigo 165, da Lei nº. 14.133, de 01 de abril de 2021, *in verbis* (sem grifo):

§ 2º O recurso de que trata o inciso I do caput deste artigo será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

Não se pode olvidar, outrossim, que o direito à revisão das decisões administrativas é amplamente amparado pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seus princípios de acesso à justiça, da ampla defesa e do contraditório, relação com a qual a renomada jurista e professora Dra. Lucia Valle Figueiredo esclarece que o direito ao duplo grau é inerente ao contraditório e a ampla defesa, in verbis (sem grifo):

“O direito ao “duplo grau” ou à revisibilidade é inerente ao contraditório e à ampla defesa, ou seja, o direito à revisão do decidido singularmente, quer sejam atos administrativos, que atinjam o administrado, quer seja em processos sancionatórios e/ou disciplinares.”

Por todo o exposto, na hipótese da r. decisão não ser reconsiderada pela ilustre Pregoeira, o que seria um desatino, requer-se que o presente recurso seja submetido à análise e ao julgamento da Autoridade Superior, sob pena de responsabilidade, nos termos do § 2º, do artigo 165, da Lei nº. 14.133, de 01 de abril de 2021.

V - ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO

É de comum sabença que o recurso administrativo interposto contra a decisão que aceitou a proposta e/ou habilitação o licitante deve-lhe ser atribuído efeito suspensivo, conforme teor do disposto no artigo 168, da Lei nº. 14.133, de 01 de abril de 2021.

Art. 168. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
Parágrafo único. Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias

Por todo o exposto, requer que seja atribuído efeito suspensivo a r. decisão que declarou a ora Recorrida vencedora do item 06 e 07, do certame, até a ulterior julgamento do presente Recurso Administrativo pela da Autoridade Superior, nos artigos 168, da Lei nº. 14.133, de 01 de abril de 2021.

VI. DOS PEDIDOS

Por todo o exposto, requer a Recorrente:

a) que o presente recurso e os documentos que o instruem sejam recebidos e conhecido por este Eg. Órgão Público, porquanto tempestivo e próprio.

b) que seja atribuído efeito suspensivo ao presente recurso para o fim de suspender a eficácia da r. decisão recorrida até o julgamento final deste recurso, sob pena de serem causados prejuízos irreversíveis à Recorrente.

c) **requer-se o acolhimento integral do presente recurso, para que seja reformada a decisão administrativa que declarou vencedora dos itens 6 e 7 a empresa ROTA66 DIESEL E IMPLEMENTOS LTDA, com a consequente inabilitação da licitante, em razão do descumprimento dos itens 7.5, 7.7 e 3.12.1 do edital, consubstanciado na apresentação de Alvará de Funcionamento vencido e na ausência de comprovação de assistência técnica autorizada, com a consequente revisão do resultado do julgamento, nos termos da Lei nº 14.133/2021.**

d) de forma sucessiva, na hipótese da r. decisão não ser reconsiderada pela ilustre Pregoeira, o que seria um desatino, requer-se que o presente recurso seja submetido à análise e ao julgamento da Autoridade Superior, com a devida instrução, sob pena de responsabilidade.

e) protesta provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos, incluindo, mas não se limitando, juntada de novos documentos, oitiva de testemunhas e diligências previstas no instrumento convocatório.

Termos em que respeitosamente, pede e espera deferimento.

Montes Claros/MG, 09 de fevereiro de 2026.

Triama Norte Tratores Imp. Agric. e Maq. Ltda.
CNPJ 01.563.351/0001-73

ROTA66 DIESEL E IMPLEMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 56.391.449/0001-82, com sede à Rua 72, nº 223, Sala 1507, QS Tower, CEP 74.805-480, Goiânia/GO, telefone (48) 3307-2550 e WhatsApp (48) 99120-1869, por seu representante legal infra-assinado, vem, respeitosamente, declarar que:

1. Presta garantia mínima de 12 (doze) meses sobre os equipamentos e/ou máquinas fornecidos no âmbito do Pregão Eletrônico nº 073/2025 – Processo Administrativo nº 229/2025, conforme estabelecido no item 3.3 da respectiva proposta comercial;
2. Compromete-se a realizar assistência técnica gratuita, abrangendo o fornecimento de peças, componentes e mão de obra necessários à reparação de defeitos de fabricação ou funcionamento durante o período de garantia;
3. Declara possuir estrutura técnica e operacional adequada para atendimento das solicitações da Prefeitura Municipal de Paraisópolis/MG, incluindo, quando necessário, deslocamento de equipe até o local de uso do equipamento, respeitando os prazos legais e as condições estabelecidas no edital;
4. A assistência será realizada sem ônus à Administração, mediante solicitação formal da contratante e dentro dos prazos definidos pela legislação e pelo contrato.

Por ser a expressão da verdade, firma a presente declaração para que produza seus efeitos legais e jurídicos.

Goiânia, Goiás – 21 de janeiro de 2026.

ROTA66 DIESEL E IMPLEMENTOS LTDA
CNPJ: 56.391.449/0001-82
Jaime de Souza Pereira
DIRETOR GERAL



ESTADO DO GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE
GOIÂNIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE
FAZENDA



ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO PROVISÓRIO

Número 17601

Nome Empresarial: ROTA66 DIESEL E IMPLEMENTOS LTDA

Nome Fantasia: ROTA66

Natureza Jurídica: 206-2 - Sociedade Empresária Limitada

CNPJ: 56.391.449/0001-82

Atividade Principal (CNAE): 4663-0/00.00 - Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso industrial; partes e peças, 4663-0/00 - Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso industrial; partes e peças

Atividade Secundária (CNAE): 30.11-3-02 - Construção de embarcações para uso comercial e para usos especiais, exceto de grande porte

43.29-1-04 - Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos 43.91-6-00 - Obras de fundações 46.49-4-99 - Comércio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente 46.51-6-02 - Comércio atacadista de suprimentos para informática 46.62-1-00 - Comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplenagem, mineração e construção; partes e peças 46.64-8-00 - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odontológico-médico-hospitalar; partes e peças 46.69-9-99 - Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças 46.89-3-99 - Comércio atacadista especializado em outros produtos intermediários não especificados anteriormente 47.51-2-01.

Endereço: Rua 72 223, quadra 16 lote 12/15 SI 1507 COND QS TOWER OFFICE

Município: Goiânia.

Local de data: Goiânia, quinta 12 de junho de 2025.

validade: 180 dias

Observação:

Este documento foi emitido em: **quinta, 12 de junho de 2025**

Se impresso, verificar sua autenticidade em **http://www.portaldoempreendedorgoiano.go.gov.br** utilizando o código **TSUAGVKX**

Documento emitido eletronicamente pelo PORTAL DO EMPREENDEDOR GOIANO

Esse documento deverá permanecer exposto em local visível no estabelecimento empresarial

